

## **18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas**

**19.09.2018**

### **Ponto 2.2- Proposta de Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas**

#### **Declaração de voto**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a nota de enquadramento do Senhor Presidente.

Estamos hoje a aprovar a estrutura orgânica flexível. Mas não podemos, na sua análise e no quadro de observância política, dissociá-la de um outro documento que já aqui aprovámos anteriormente, que é a nuclear da qual decorre esta. Pelo que no plano da análise política, uma e outra são indissociáveis. Diria até esta decorre da primeira, sobre a qual tivemos um posicionamento político, que vamos manter, e que foi contra a proposta apresentada.

O Senhor presidente fez questão de explicar o quadro em que se desenvolveu esta alteração da nossa estrutura nuclear, que resulta muito da imposição da Troika – se bem se lembram estávamos no período de intervenção da Troika, de uma lei que restringia o número de direções que os municípios poderiam ter.

Nesta altura fomos críticos relativamente a esta imposição. Consideramos desde sempre que era uma ingerência na autonomia do Poder Local. Que deveriam ser os municípios os responsáveis por definir a sua própria estrutura, no contexto da satisfação dos interesses dos munícipes. Portanto uma imposição “regra e esquadro” de cima para baixo, foi algo com que nunca concordámos.

Aproveitamos ainda nesse momento para dizer que, não obstante a lei, a estrutura que vinha antes da imposição da Lei era já uma estrutura desadequada. Fizemos diversas críticas quanto à constituição de direções municipais. E esta tem sido a nossa intervenção política sobre este assunto.

Como primeira nota dizer que esta estrutura orgânica flexível decorre da nuclear e, em coerência não podemos, do ponto de vista da análise, dissociar uma e outra.

Ainda assim, gostaríamos de dizer que secundamos as palavras do senhor presidente quando refere que a estrutura deve dar resposta a duas coisas essenciais: ao desenvolvimento do projeto político autárquico, do partido que ganhou, e às necessidades impostas pela dinâmica local que nos obriga, constantemente, a avaliar a estrutura e o modelo de gestão que temos.

Chamamos à atenção para a discussão aprofundada que está, hoje, em cima da mesa, que é a das novas competências na administração local. É óbvio que este documento pode sempre ser

alterado, contudo não é desejável que se esteja sempre a mexer na estrutura, até porque as alterações mexem com as dinâmicas específicas de cada serviço e a estabilidade dos trabalhadores. Esta estrutura, pela forma como nos é presente hoje pode, fruto das competências que o município venha a aceitar, no futuro, ter de sofrer alterações.

Porque também é importante valorizar os aspetos que consideramos positivos nesta estrutura, gostaríamos de nos deter em duas áreas, que são particularmente sensíveis.

Recordar-se-ão que, à data da aprovação da estrutura, chamamos à atenção para aquilo que considerávamos ser alguma “confusão” (não sendo no sentido pejorativo) da intervenção na área da habitação. Na altura referimos que deviam ficar clarificadas quais seriam as competências em cada unidade orgânica em matéria de habitação.

Tirando o anátema da designação de habitação social, sempre considerámos que quando o DOMT trata as questões da manutenção, conservação, e, eventualmente, do planeamento e ampliação do parque habitacional municipal deve fazê-lo mas, é muito na área da coesão social e da ação social que devemos promover o acompanhamento às famílias do nosso parque habitacional municipal, tendo de existir uma interligação entre estes dois serviços, de forma que o planeamento vá ao encontro da análise, do acompanhamento e da observação do fenómeno em si, no terreno.

Nós consideramos que a forma como está estruturado, desta vez, clarifica quais são as competências dos diferentes departamentos e das diferentes divisões e saudamos essa alteração.

Saudamos também, algo que já havíamos defendido há algum tempo que é considerando a dinâmica e a dimensão do trabalho na área da educação, que esta se constituísse como um departamento mais autonomizado em relação a outras áreas como o desporto, o turismo, etc.

Achamos que a proposta agora apresentada, criando o departamento de educação e coesão social e um outro departamento para o Turismo, para a Cultura e para o Desporto - sendo que vamos esperar para ver como é que do ponto de vista da organização política a Câmara vai resolver, pois à primeira vista estamos a ver um departamento com três dirigentes políticos e, isto deverá ser avaliado em função da própria dinâmica e funcionamento do departamento - é positiva.

Reforçamos que a autonomização do departamento de educação, por aquilo que representa do ponto de vista do trabalho municipal e do desenvolvimento de uma estratégia para esta área é muito positiva.

Assim como entendemos existir alguma coerência num único departamento de Cultura, Desporto e Turismo, desejavelmente sob uma única direção política. Esperamos ainda que este departamento, naquilo que tem a ver com a Cultura possa efetivamente potenciar o desenvolvimento da atividade cultural do nosso concelho, seja por via do apoio aos agentes

culturais, seja por via do desenvolvimento de projetos e estratégias específicas para a área da Cultura.

Como concelho limítrofe de Lisboa, com a dinâmica que foi criada na área do Desporto e até do Turismo, o concelho precisa de investir mais em polos de atração no âmbito da Cultura. E isto pode ser feito potenciando os nossos agentes, mas também muito através da criação de projetos na área do teatro, nas artes, na potenciação do nosso equipamento de referência que é a Malaposta – e não querendo trazer para esta discussão a questão do modelo de gestão, era interessante a Câmara pensar na reafecção daquele equipamento sendo de facto um polo de atração, podendo ter novamente naquele espaço aquilo que a Câmara um dia considerou como a porta giratória do concelho de Odivelas.

Hoje, assistimos a um concelho que do ponto de vista da oferta, nos vários domínios, é muito assimétrico. E temos Odivelas candidata a capital europeia do desporto e no âmbito da cultura há condições e potencialidades que podemos desenvolver para voltar a ter uma riqueza cultural quer ao nível da programação quer ao nível da própria dinâmica associativa muito interessante. Esperamos efetivamente que a criação de um departamento com estas três áreas possa devolver à cultura e à dinamização cultural um espaço que já teve neste concelho.

Eram estas as notas que queríamos deixar.

Odivelas, 19 de Setembro de 2018

Os Vereadores da CDU